

A Revolução Russa e o resgate de uma perspectiva revolucionária

Ivo Tonet*

Resumo:

A comemoração dos cem anos da revolução russa é um momento propício para refletir sobre um acontecimento de enorme significado para a humanidade. Nosso objetivo, neste artigo, é revisitar criticamente esse acontecimento buscando, ao mesmo tempo, compreender as razões mais profundas do seu insucesso e, a partir daí, extrair algumas importantes lições para o resgate atual da perspectiva revolucionária.

Palavras-chave: Revolução Russa; socialismo; crise atual; perspectiva revolucionária.

The Russian Revolution and the revival of a revolutionary perspective

Abstract:

The celebration of the 100th anniversary of the Russian Revolution is an appropriate moment to reflect on an event of enormous significance for humanity. Our objective in this article is to critically revisit this event, seeking at the same time to understand the deepest reasons of its failure and, therefore, to extract some important lessons for the contemporary revival of the revolutionary perspective.

Keywords: Russian revolution; socialism; current crisis; revolutionary perspective.

Introdução

A comemoração dos cem anos da revolução russa deveria ser para a esquerda, que se pretende revolucionária, um ótimo momento para refletir sobre a sua trajetória, fazer uma autocrítica séria e tirar lições importantes para as lutas atuais.

Por que a partir da revolução russa? Porque foi de inigualável importância como tentativa de superar o capitalismo e construir um mundo sem qualquer tipo

* Professor de filosofia da Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, Brasil. Doutor em Educação pela UNESP. End. eletrônico: ivo_tonet@yahoo.com.br

de exploração ou dominação de um ser humano por outro, enfim, um mundo onde todos pudessem ter uma vida digna. Por que essa revolução fracassou, após despertar a esperança de milhões de pessoas e custar milhares de vidas de milhares, nas imensas lutas travadas? Teórica e praticamente, por que ela não atingiu seus objetivos? Erros, deformações, incapacidades, falta de condições essenciais? Outras circunstâncias?

Uma abordagem crítica não é tarefa fácil, pela sua complexidade e pelas paixões que desencadeia entre seus defensores ou adversários. Questionamento sobre o caráter socialista dessa revolução (ou chinesa, cubana, vietnamita, etc.) geralmente é visto como um menosprezo aos seus aspectos positivos. Certamente, seu significado e sua importância para a melhoria de vida dos trabalhadores devem ser reconhecidos. A luta do povo russo foi o elemento fundamental para a derrota do nazismo e, mais tarde, para o sucesso de muitas lutas de libertação colonial. No entanto, permanece a questão sobre o caráter da revolução russa. Não se trata de considerar as críticas dos seus adversários, orientados pela perspectiva teórica e prática burguesa, que a utiliza como um exemplo histórico da impossibilidade do socialismo. Trata-se de reafirmar a possibilidade e a necessidade do socialismo, sinalizando as questões mais relevantes, que demarcam diversas posições críticas.

Há divergências de opiniões entre leninistas, trotskistas, stalinistas, anarquistas, socialistas democráticos e outros, muitas vezes fundadas mais em preconceitos do que em argumentos científicos. Mas, a questão principal é a concepção metodológica que abandonou a categoria do trabalho como fundamento ontológico do ser social e atribuiu à subjetividade o papel de regente do processo de conhecimento e da ação prática¹.

Independentemente do conceito de socialismo, a ampla maioria da esquerda concorda que a revolução russa foi uma revolução socialista, mas que fracassou, apesar do que tenha realizado. Essa apreciação também se refere a todas as outras revoluções: chinesa, cubana, vietnamita, norte-coreana, sandinista etc. No entanto, duas questões dividem esse campo: o momento em que a revolução começou a degenerar, e as causas da degeneração.

Quanto ao momento, uma maioria entende que, com todas as suas dificuldades e percalços, a revolução manteve seu caráter socialista enquanto esteve sob a direção de Lenin. Sua degeneração teria começado com Stalin. Grupos minoritários afirmam uma degeneração mesmo durante a direção de Lenin. Outros entendem que o caráter socialista teve seu fim com a morte de Stalin ou

¹ Sobre a problemática metodológica Tonet (2015; 2016).

com os últimos governos (Yeltsin e Gorbachev), ou devido à queda do muro de Berlim. Ainda há os que sustentam o caráter atualmente socialista da China, de Cuba e da Coreia do Norte.

Sobre as causas da degeneração, a maioria responsabiliza as concepções errôneas ou erros tópicos, econômicos e políticos, cometidos pelo partido bolchevique e/ou por dirigentes (Lenin, Trotski, Stalin), mas também circunstâncias históricas adversas, como a guerra civil interna, as agressões das potências capitalistas e a imensamente difícil situação econômica e social da Rússia ao final da primeira Guerra Mundial.

Apesar das divergências, uma questão unifica essas abordagens: a centralidade da subjetividade², com a regência da subjetividade sobre a realidade objetiva, do reformismo ou do politicismo. Isto também valeria ao atribuir os desvios às circunstâncias objetivas.

A concepção materialista de história considera que a realidade objetiva é o momento predominante, na relação com a subjetividade: “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”, como afirmado em *A ideologia alemã* (Marx; Engels, 2009: 32). Entretanto, a determinação não significa que a subjetividade seja entendida como algo secundário e sem retroação efetiva sobre a realidade objetiva. A análise da categoria do trabalho mostra, com toda a clareza, como ocorre essa relação entre subjetividade e objetividade, em uma relação entre o momento fundante (realidade objetiva) e o momento fundado (subjetividade). Ambos são momentos da realidade, ainda que a realidade objetiva seja o momento predominante, já que apresenta o campo de possibilidades em que a subjetividade pode agir. Por isso, “Os homens **fazem** a sua própria história, mas **não a fazem segundo a sua livre vontade** em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2008: 207). Essa constatação será de suma importância para a questão do caráter da revolução russa.

O politicismo seria então uma forma de expressão da regência da subjetividade sobre a realidade objetiva. Como o núcleo fundamental das sociedades de classes é o Estado, o politicismo tem a tarefa de determinar os rumos essenciais do processo social à dimensão política. Desde Marx, sabe-se que na sociedade burguesa a lógica de autorreprodução do capital é o momento determinante. Apesar da determinação recíproca entre todas as dimensões da realidade social (linguagem, socialidade, arte, Direito, ciência, educação, política, etc), é a repro-

² Por centralidade da subjetividade entende-se a regência do sujeito sobre o objeto, no processo de conhecimento e, aqui, a prioridade da ação política sobre a realidade objetiva, no processo de intervenção sobre a realidade.

dução do capital que determina os rumos essenciais da sociedade. O politicismo existe quando se atribui à dimensão política (Estado) a capacidade de controlar o movimento do capital. Nesse processo, o politicismo expressa a vontade de reformar, de humanizar, de melhorar essa forma de sociabilidade (reformismo) ou de afirmar que o Estado popular, operário é o principal condutor do processo de transformação social em direção ao socialismo.

Porém, politicismo não se confunde com atividade política -que é uma dimensão da atividade humana com origem, natureza e a função social específica. Na sociedade de classes, a política assume necessariamente a natureza de luta pelo poder político, a favor da manutenção da desigualdade social ou a favor da superação radical da desigualdade. Como parte da subjetividade, a política tem que operar nos marcos (nunca rígidos) postos pela realidade objetiva. Para resumir: a tarefa de dirigir o processo social, mas no campo de possibilidades posto pela realidade objetiva, cabe à política. O politicismo é exatamente a intenção de ir para além dessas possibilidades e criar algo que a realidade objetiva não permite, pois “se a sociedade tal como é não contivesse, ocultas, as condições materiais de produção e de circulação para uma sociedade sem classes, todas as tentativas para fazê-la estourar seriam outras tantas quixotadas” (Marx, 1971: 87).

Todas as abordagens da revolução russa têm como pano de fundo a concepção revolucionária marxiana, mas não há uma concordância unânime quanto aos elementos essenciais que a caracterizam.

A teoria revolucionária marxiana

O ponto de partida de uma concepção materialista da história é a constatação empiricamente verificável da existência de indivíduos reais e de suas ações e condições materiais de vida. O primeiro e fundamental ato que esses indivíduos devem realizar para continuar a existir é a transformação da natureza, isto é, o trabalho. É através do trabalho que o ser humano transforma a natureza e a si mesmo. O trabalho, portanto, é a categoria fundante do ser social. Como consequência, o fundamento de qualquer modo de produção sempre se encontra em uma determinada forma de trabalho. Não poderia ser diferente no modo de produção comunista que, para Marx, terá como fundamento o trabalho associado. O trabalho associado não seria uma simples associação de indivíduos (uma cooperativa, economia solidária ou trabalho voluntário), mas uma categoria tão precisa quanto trabalho assalariado, porém implicando o controle consciente, livre, coletivo e universal dos produtores sobre o processo de transformação da natureza, base do comunismo.

Certamente, a realidade social não se esgota no trabalho, mas suas outras dimensões (linguagem, socialidade, educação, conhecimento, arte, religião, Direito,

política, etc) tem sua origem última na categoria do trabalho. Surgem com ou a partir do trabalho, estabelecendo uma dependência ontológica. Ao retroagirem sobre o trabalho e entre si, definem a dinâmica da totalidade social.

Ao analisar a sociedade burguesa, Marx constata que as duas classes fundamentais são constituídas pela burguesia e pelo proletariado. Também constata que é ao proletariado que interessa eliminar a exploração a que é submetido pela burguesia. Esta classe será o sujeito fundamental, embora não único, de uma transformação que supere integralmente a sociedade burguesa: uma revolução.

Porém, deverá ser diferente das revoluções anteriores que, para Marx, foram revoluções sociais com alma política. A revolução proletária deverá ser uma revolução política com alma social (Marx, 2010). Momento político e momento social são dois aspectos inextricavelmente unidos para dar forma à revolução proletária. Sem o momento político, com a conquista do poder, não poderá entrar em cena o momento social das transformações econômicas que caracterizam o trabalho associado, e que implicam uma mudança radical na natureza da produção: a eliminação do valor de troca e sua substituição pelo valor de uso, e suas conseqüências, como a eliminação da mais-valia, do capital, do dinheiro, das coisas como mercadoria, etc. Mas, esta mudança radical pressupõe algumas condições: um alto grau de desenvolvimento da capacidade de produzir riquezas em abundância, que possibilite satisfazer as necessidades de todos; um sujeito capaz de realizar essas transformações e o esgotamento das potencialidades do atual sistema.

Em brevíssimo resumo, esses são os elementos essenciais da proposta marxiana.

A II Internacional, a deformação do marxismo e a emergência, em larga escala, do reformismo e do politicismo

A trajetória da teoria marxiana foi extremamente complexa, pois é uma teoria que assume, clara e abertamente, uma posição de classe e responde aos interesses mais essenciais do proletariado. Compreender o mundo até a sua mais profunda raiz e também transformá-lo radicalmente é o objetivo último do proletariado. Para isso, essa classe deve assumir a tarefa de liderar uma revolução, que mude a totalidade das relações sociais a partir da sua matriz, que é o trabalho.

Circunstâncias históricas concretas impediram que a transformação orientada por essa teoria se efetivasse.

A derrota das tentativas revolucionárias de 1848 e da Comuna de Paris abriu amplas possibilidades de desenvolvimento para o capital, especialmente na Alemanha onde ocorreu uma rápida industrialização e, com isso, a um grande

crescimento da classe operária. A legalização do Partido Socialdemocrata (socialista), formado por milhões de trabalhadores, permitiu-lhes participar abertamente do processo político e eleger representantes para o parlamento. Esta situação contribuiu para gerar na mente de milhões de trabalhadores e teóricos (inclusive marxistas) a convicção de que o socialismo poderia ser atingido sem uma ruptura radical com o Estado e o capital. Para isso, seria necessária uma crítica ao pensamento revolucionário de Marx e Engels, “adaptando-o” às novas circunstâncias. Começaram, então, as elaborações teóricas (na economia, filosofia, história, política, etc) que configurarão o reformismo e o politicismo: o abandono da centralidade (ontológica) do trabalho em favor da centralidade (também ontológica) da política; a afirmação de que o caminho para o socialismo poderia ser trilhado pela via das reformas e não da revolução; a atribuição ao Estado da tarefa de dirigir esse processo de construção de uma sociedade socialista.

Foi o primeiro momento em que se abandonou, na teoria e na prática, a centralidade do trabalho em favor da centralidade da política.

A Revolução Russa

Maravilhosa, grandiosa, gloriosa, são os adjetivos que freqüentemente acompanham as abordagens da revolução russa. O processo iniciado em 8 de março de 1917 e encerrado em 1991 foi muito complexo, e sua investigação detalhada ainda está em curso³.

Porém, é possível destacar alguns aspectos essenciais que configuram o fio condutor desse processo: a profunda crise do capitalismo, que culminou na primeira guerra mundial, e engolfou a maioria dos países do mundo na disputa do mundo entre as grandes potências. Embora com pequenas ilhas de avanço, uma Rússia estava econômica, social e politicamente em atraso que, no campo cultural, atingia a maioria da população, amplamente analfabeta e submetida a condições brutais de exploração e dominação. Além disso, a maioria da população era de habitantes do campo (servos e camponeses) e de um proletariado diminuto e sem tradição de luta, devido à recente e limitada industrialização. Para agravar a situação, um sistema político dominado por uma nobreza feudal e em profunda decadência.

³ A literatura sobre a revolução russa é muito extensa. A abertura dos arquivos da antiga União Soviética certamente trará à luz muitos novos elementos para análise. Mas, julgamos imprescindível a leitura de alguns livros, em várias edições: *História da revolução russa*, de L. Trotski; *A crise do movimento comunista*, de F. Claudín; *As lutas de classes na União Soviética*, de C. Bettelheim; *Os bolcheviques e o controle operário*. De M. Brinton; *A revolução russa*, de M. Tragtenberg; *A revolução russa – de Lenin a Stalin*, de E. Carr. Indispensáveis, também, as obras de Lenin.

Aproximadamente em 1870, a teoria marxiana foi levada a esse meio de contradições e lutas no campo e na cidade, por diversos grupos revolucionários. Partidos de esquerda foram organizados, inclusive o Partido Socialdemocrata Russo que, apesar do nome, era um partido revolucionário e não reformista.

O processo revolucionário teve seu primeiro momento de eclosão em 1905. Derrotado, voltou a se reerguer fortemente em 1917. No início, em 1917, o um movimento não foi organizado por nenhum partido, mas o acirramento das contradições levou as massas a explosões que acabaram sendo lideradas por vários partidos.

Em fevereiro a outubro de 1917, os bolcheviques assumiram o poder e estabeleceram a paz com a Alemanha, para evitar uma derrota total. Porém, após o fim da guerra, encontraram um país devastado econômica e socialmente. A situação era catastrófica, com a produção econômica arruinada nas cidades e no campo, desemprego, desabastecimento das cidades, fome, miséria. Além disso, tiveram que enfrentar a oposição armada da burguesia auxiliada pelas potências imperialistas, até 1921. Foram tomadas medidas drásticas e muito problemáticas. No final de 1917, foi implantado um conjunto de medidas (criação de órgãos estatais; estabelecimento de determinadas relações entre Estado, sindicatos e comissões de fábrica; regulamentação do trabalho nas fábricas) que retirava das mãos das massas revolucionárias (especialmente dos soviets e das comissões de fábrica) o poder sobre a organização da produção em nível geral e no interior das fábricas.

Era o chamado Comunismo de Guerra, que implicava o confisco da produção do campo; a proibição de qualquer atividade econômica privada; o racionamento para privilegiar o Exército Vermelho (que lutava contra os brancos e invasores); a militarização do trabalho e dos sindicatos (com a proibição de greves). Com isso, houve a volta da hierarquização nas fábricas e a perda de poder dos comitês de fábrica; a hierarquização também no exército; intensa centralização do poder político nas mãos do partido bolchevique e, depois, do Comitê Central do partido.

Essas medidas enfrentaram forte oposição de vários setores sociais que, de modo geral, apoiavam a revolução, principalmente a chamada Oposição Operária e os diversos grupos anarquistas. No interior do próprio Partido Bolchevique, as medidas do “Comunismo de Guerra” também não eram aceitas unanimemente.

Com as sabotagens de toda ordem da burguesia, a agressão das potências capitalistas e da oposição interna, foi organizado um enorme aparelho repressivo centralizado pela Tcheka, com poderes cada vez mais amplos e discricionários.

Com o fracasso do Comunismo de Guerra, Lenin implantou a Nova Política Econômica (NEP). Em linhas gerais, permitia: a livre iniciativa na criação de

pequenas e médias empresas de produção e comércio; a volta de muitos especialistas do antigo regime para tarefas burocráticas; o retorno a uma certa liberdade do mercado; a exploração de pequenas propriedades no campo; a entrada de capitais estrangeiros; o abandono da requisição forçada de produtos agrícolas e do racionamento; o fim das trocas diretas; a liberdade salarial e o retorno da moeda como meio de pagamento. O Estado centralizado mantinha o controle geral da economia e de todo o processo social, mas continuava a existir a hierarquização nas fábricas; a indicação dos dirigentes das fábricas pelo Estado e não eleitos pelos trabalhadores; a rigidez e a intensificação do trabalho; a submissão dos sindicatos ao Estado; a organização do exército nos moldes tradicionais; e o aparato repressivo cada vez mais forte e atuante.

O impulso às atividades econômicas, providenciado pela NEP, permitiu um crescimento da produção e uma melhoria geral da vida da população. Todavia, o atraso no desenvolvimento das forças produtivas ainda era muito grande. Por isso, a partir do intenso debate econômico no interior do partido, surgiram os Planos Quinquenais como forma de impulsionar o desenvolvimento econômico mais rapidamente. Para alguns teóricos, a construção do socialismo implicaria uma “acumulação socialista primitiva”.

Além dessas questões, outros dois elementos importantes integravam a situação russa pós-revolucionária. Primeiro: a expectativa da revolução em outros países, especialmente na Alemanha. Os dirigentes bolcheviques tinham claro que não seria possível caminhar em direção ao socialismo em um país tão atrasado como a Rússia. Mas, havia fortes indícios de que revolução poderia acontecer também na Alemanha, provavelmente arrastando a França e outros países capitalistas importantes e efetivando uma das condições fundamentais para a continuidade da revolução: a sua universalização. Segunda: a convicção de que o capitalismo se encontrava em uma fase agonizante. Sua fase imperialista, juntamente com a sua monopolização, estaria a indicar que ele estaria atingindo seu limite e abrindo as portas para a possibilidade de construção do socialismo. Esta convicção não era destituída de fortes argumentos, como demonstram as análises de Lenin. Apesar disso, era equivocada, pois o espaço existente para a reprodução do capital ainda era bastante amplo.

O conjunto dessas circunstâncias objetivas configurava um beco-sem-saída: um campo em que estava ausente a possibilidade do trabalho associado, com o controle livre, consciente, coletivo e universal da produção, com o retrocesso do valor de troca e avanço do valor de uso, e com tudo o que isso implica. Ocorreria o primeiro movimento da revolução: a reabsorção do poder político pelo conjunto dos revolucionários. Mas, como Marx afirmava, esta era apenas uma mediação para entrar em cena a alma do socialismo: o trabalho associado. Sem esta possibilidade, todo o processo ficava inteiramente bloqueado.

Portanto, não se tratou de erros, de problemas de direção, falta de pessoas capacitadas, nem de esforço e dedicação. Tratava-se de uma situação objetiva que não poderia ser superada por nenhuma intervenção da subjetividade, por mais forte, dedicada e lúcida que fosse. O próprio Lenin, com toda a sua genialidade, teve que se curvar ante essa realidade objetiva e tomar medidas concretas que iam em direção oposta ao caminho para o socialismo, como as medidas assumidas ainda em fins de 1917, o abandono do Comunismo de Guerra e a instauração da Nova Política Econômica.

Também é equivocado afirmar que houve uma ruptura essencial entre o período leninista e o período stalinista. Apesar de suas diferenças, as linhas de força em que Lenin e Stalin se moveram foram essencialmente as mesmas⁴. Certamente, o stalinismo implicou uma inflexão muito profunda nos caminhos tomados pela revolução. Sua forma específica deve muito às qualidades de Stalin mas, independentemente de quem fosse o dirigente, os lineamentos essenciais do processo não poderiam ser alterados.

Sob a direção de Lenin, o processo revolucionário provavelmente não teria tomado o caminho do stalinismo, mas dada a ausência de condições objetivas para caminhar no sentido do socialismo, os parâmetros essenciais não sofreriam alteração significativa.

Bem antes da morte de Lenin, começaram a ser traçados os caminhos: da burocratização que levaria à formação de uma casta de funcionários públicos privilegiados; da criação de um Estado típico, autocrático e altamente repressivo; do afastamento das massas de uma participação ativa no processo; da transformação dos sindicatos em meras correias de transmissão do Estado; da continuidade da exploração dos trabalhadores. Lenin reconheceu a crescente burocratização sem, contudo, localizar e extrair a raiz do problema.

O processo de enfraquecimento do Estado tornava-se impossível, pois isto dependia da eliminação radical da propriedade privada, das classes sociais e da exploração dos trabalhadores. Tudo dependia de uma radical mudança na forma

³ A questão da continuidade ou não entre o período de Lenin e o de Stalin é espinhosa e muito controversa. Duas posições extremas: total continuidade ou total ruptura. Pensamos que há um *tertium*: uma continuidade na descontinuidade. A descontinuidade refere-se à forma com que cada um enfrentou a situação e, no caso de Lenin estar no lugar de Stalin, certamente agiria diante da realidade concreta. A continuidade refere-se ao fato de que ambos tiveram que agir dentro de um campo limitado de possibilidades posto pela realidade objetiva. Nesse campo de circunstâncias concretas, não se encontrava a possibilidade de orientar o processo em direção ao comunismo. Isso é evidenciado pelo fato de que, desde fins de 1917 foram tomadas medidas, apoiadas por ambos, que contribuíram para desviar a revolução do caminho do comunismo. É inegável que há diferenças entre esses dois períodos. Como líder e como teórico, Lenin era incomparavelmente superior a Stalin, na análise da realidade concreta. O espaço preferido de Stalin era o jogo do poder – e a teoria não era um guia para a ação, mas um meio de corroborar as decisões tomadas pelo poder.

do trabalho, algo inteiramente impossível naquelas circunstâncias. No máximo, seria possível eliminar a propriedade privada e os aspectos concorrenciais do capitalismo, através de um controle do próprio Estado. Mas, não seria possível eliminar o próprio capital, originado da mais-valia produzida pelos trabalhadores. Como em todas as tentativas de revolução socialistas, esse processo poderia durar algum tempo, mas, como Marx já advertira em *A ideologia alemã* (2009), não podia se perpetuar e muito menos representar a transição para o comunismo.

Desse modo, a revolução deteve-se no primeiro momento: o momento político, com a destruição do Estado burguês e a reabsorção do poder político pelos revolucionários. Mas, não pode avançar em direção à alma social (trabalho associado), implicando a degeneração do próprio momento político: o afastamento das massas da participação ativa no processo (a democracia proletária). Portanto, não foi a “falta de socialização do poder político” que impediu a continuidade de “socialização do poder econômico”, mas a impossibilidade de implementar, nas circunstâncias dadas, a efetiva socialização da economia -o que também impediu a continuidade e o aprofundamento da democracia proletária. Argumenta-se que foi feito “o que era possível”, e isso é real. Sem essas medidas, entregar-se-ia o poder ao Czar ou à burguesia. Essas medidas teriam que ser tomadas por qualquer direção: Lenin, Trotski, Stalin, a Oposição Operária ou os anarquistas. Contudo, não se pode defini-lo como um processo de socialismo, isto é, de transição do capitalismo ao comunismo. Isso não significa justificar ou condenar, mas compreender o processo concreto e suas lições para futuras lutas.

As consequências dessa situação concreta foram muitas. Teoricamente: categorias da teoria marxiana foram reformuladas, como trabalho, valor (teoria do valor), socialismo, revolução, Estado, classe e lutas de classes, democracia, cidadania. Criou-se uma nova ortodoxia, chamada marxismo-leninismo e, mais tarde, marxismo-leninismo-stalinismo, submetida ao controle do Estado, do Partido Comunista e do Secretário Geral. A teoria deixou de ser uma tradução teórica do processo real (um guia para a ação) e se tornou um instrumento para corroborar as decisões da instância política. A formação dos militantes tornou-se uma preparação de ativistas, com dogmatismo e sectarismo. A dialética transformou-se na “arte de cair sempre de pé”. Aos militantes restava aplicar o que estava na “Bíblia marxista” (Marx, Engels, Lenin e Stalin) ou decidido nas instâncias políticas superiores. Essa deformação foi devastadora para a militância.

A deformação teórica e prática do ideário marxiano feita pela II Internacional, com a perspectiva reformista da socialdemocracia alemã, foi retomada após a revolução russa, derivando nas tendências do “socialismo democrático” – ou em posições que tinham o nome de socialismo, mas eram formas mascaradas de reprodução dos interesses burgueses.

No entanto, a luta entre capital e trabalho permanece tributária do caminho aberto por essa revolução. Para Claudín (1985), toda a estratégia foi traçada para proteger “a pátria do socialismo”. Todos os partidos comunistas seguiram, com suas especificidades, o modelo teórico e prático do PC da URSS, assim como a relação entre partidos e sindicatos e entre Estados (ditos socialistas).

Esse processo também levou ao abandono da centralidade do trabalho em benefício da centralidade da política, com perversas conseqüências para as lutas dos trabalhadores contra o capital⁵.

Quase todas as outras tentativas revolucionárias socialistas (chinesa, cubana, vietnamita, norte-coreana) enfrentaram circunstâncias e seguiram caminhos semelhantes ao da revolução russa. As tentativas de superar o sistema capitalista e caminhar em direção ao comunismo fracassaram, com a perda da perspectiva revolucionária pelos trabalhadores e a emergência do reformismo e do politicismo (Tonet, 2014a).

Autores criticaram essa dogmatização, como Gramsci, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Lukács, Bettelheim, Brinton, Claudín. Para além do capital, de Mészáros (2002), permanece fundamental para um sério questionamento do caráter socialista da revolução russa.

Lições para o nosso tempo

Teoricamente, permanece a necessidade de resgatar a perspectiva revolucionária, retomando o caminho proposto por Marx: começar pela categoria trabalho como fundante do ser social, para compreender o surgimento de todas as outras categorias e suas relações. Compreender o processo histórico e social como uma totalidade, com as devidas mediações, contradições e particularidades. Nunca abandonar o trabalho como fio condutor de todo o processo histórico. Não basta falar em classes e luta de classes, mas reconstruir a concepção de mundo e de método científico de Marx, que fundamenta o caráter radicalmente histórico e social do mundo humano, e sua capacidade de compreendê-lo e transformá-lo também radicalmente.

Considerando que os acontecimentos históricos deformaram o ideário marxiano, especialmente os conceitos de comunismo e de revolução, este é o ponto de partida.

Esse ponto de partida permite a crítica radical ao sistema do capital e à sua crise atual. A idéia de humanização do capital é essencialmente impossível. A

⁵ A esse respeito, ver: Tonet e Nascimento (2009).

sociabilidade fundada no trabalho associado é a única possibilidade de organização da humanidade.

A essência da revolução proletária é a superação do trabalho assalariado e a instauração do trabalho associado, não apenas pela estatização dos meios de produção e supressão jurídico-política da propriedade privada, mas pelo controle livre, consciente e universal dos produtores sobre o processo de produção. Isso também requer uma sólida crítica a todo tipo de reformismo e politicismo⁶.

A transição⁷ do capitalismo ao comunismo requer a destruição do Estado burguês e a reabsorção do poder político pelo conjunto dos revolucionários, como mediação para o desenvolvimento do trabalho associado (Marx (2010; 2011). Implica discutir a natureza e função do Estado, mas também do partido e do sindicato como instrumentos de orientação para as lutas classe da classe trabalhadora operária. Importante lição é a da formação de militantes, independentes do Estado e do capital, mas sem dogmatismo e sectarismo⁸.

Alega-se que o socialismo não está na ordem do dia e que a correlação de forças é desfavorável aos trabalhadores, mas deve-se observar o processo que gerou essa situação. Uma correlação de forças não é a soma de lutas parciais, que resultará em acúmulo de forças para a revolução. Requer uma articulação entre as lutas parciais e o objetivo mais geral, entre as lutas intra e extraparlamentares, que exprima um caráter claramente anticapitalista e anti-estatal.

Como conclusão

Avaliar os impactos positivos da revolução russa (chinesa, cubana, vietnamita, etc.) para a humanidade também permite questionar o seu caráter e papel histórico. Se não concluiu sua transição para o comunismo, também não se limitou a uma tentativa isolada. Apresentou à humanidade a possibilidade de trilhar o caminho da transição do capitalismo ao comunismo, sempre repensando as tarefas, as estratégias a prática e a perspectiva teórica revolucionária.

Bibliografia

BETTELHEIM, Charles (1979). *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

⁶ Ver Tonet (2012; 2014b).

⁷ Consultar Silva (2007).

⁸ A esse respeito, sugere-se a leitura do texto de Lessa (s/d).

- BRINTON, Maurice (1975). *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento.
- CLAUDÍN, Fernando (1985). *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Global.
- LESSA, Sérgio (s/d). Por que as revoluções não levaram à sociedade socialista? *Espaço Socialista*, Jornal n. 79. Disponível em: < <http://espacosocialista.org/portal/?p=4003>>
- MARX, Karl (2011). *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo.
- _____ (2010). *Glosas críticas ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____ (2008). *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____ (1971). *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. México: Siglo XXI.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (2009). *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular.
- MÉSZÁROS, István (2002). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- SILVA, Rafael Afonso (2007). *Dilemas da transição: um estudo crítico da obra de Lenin de 1917 a 1923*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Unicamp: Campinas-SP.
- TONET, Ivo (2016). *Método científico – uma abordagem ontológica*. São Paulo: Coletivo Veredas.
- _____ (2015). *Método científico – uma abordagem ontológica*. Minicurso. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4Y8e8O3YJWA>>
- _____ (2014a). O grande ausente. *Novos Temas*, n. 10.
- _____ (2014b). Trabalho associado e extinção do Estado. *Rebela*, v. 3, n. 2.
- _____ (2012). Trabalho associado e revolução proletária. *Novos Temas*, n. 5/6.
- TONET, Ivo; NASCIMENTO, Adriano (2009). *Descaminhos da esquerda -da centralidade do trabalho à centralidade da política*. São Paulo: Alfa/Ômega.
- TRAGTENBERG, Maurício (1988). *A revolução russa*. São Paulo: Atual.